

<http://dx.doi.org/10.17648/eidea-14-1669>

## A CONSTRUÇÃO DO DESPRESTÍGIO DO ESTADO BRASILEIRO VIA INTERTEXTUALIDADE

Matheus de Souza Rodrigues<sup>i</sup>  
Waldenia Márcia da Silva Barbosa<sup>ii</sup>

**Resumo:** Inserido no campo da análise de discurso crítica e no terreno da Linguística Aplicada, o presente artigo objetiva investigar manifestações de intertextualidade mobilizadas em favor da construção de um Estado brasileiro desprestigiado. Para este percurso, utilizam-se, como fundamentação teórica, Dallari (2016), Fairclough (2004), Knowles (2004), Ramalho e Resende (2011). No que diz respeito à metodologia, desenhou-se um estudo de caráter qualitativo, interpretativista, focalizando o significado acional como meio de examinar parte do modo de agir materializado em um artigo de opinião ligado à defesa de uma filosofia liberal favorável às privatizações. Como resultado, constatou-se a mobilização de diversos recursos e vozes tradicionais para a construção de uma imagem superestimada do setor privado, enquanto a esfera pública é desproporcionalmente significada como inferior.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso Crítica. Argumentação. Estado. Intertextualidade.

**Abstract:** Placed within the Critical Discourse Analysis field and within Applied Linguistics territory, the present paper aims at investigating manifestations of intertextuality mobilized in the construction of a discredited Brazilian state. Thus, we take as theoretical background Dallari (2016), Fairclough (2004), Knowles (2004) and Ramalho and Resende (2011). In what regards to methodology, we designed a qualitative and interpretivist study, in which actional meaning was used as a means of examining part of the way of acting materialized in an article on the defense of a liberal philosophy, in favor of privatizations. As a result, we verified the use of several resources and traditional voices to construct an overrated image of the private sector, whereas the public sphere is disproportionately portrayed as inferior.

**Keywords:** Argumentation. Critical Discourse Analysis. Intertextuality. State.

---

<sup>i</sup> Mestrando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil. E-mail: mattssevero@gmail.com.

<sup>ii</sup> Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil. E-mail: waldenia.comunicacao@gmail.com.

## Introdução

É fato que a história do Brasil, em sua expressão contemporânea, testemunha ocorrências muito particulares no que diz respeito a tensões políticas e sociais<sup>1</sup>. Em 2016, a democracia brasileira, uma das maiores da América Latina, incorporou aos seus registros históricos o impedimento da primeira presidenta do executivo do país. Somado a isso, o mundo inteiro tem acompanhado os desdobramentos de investigações brasileiras sobre casos graves de corrupção envolvendo atores políticos de grande realce. Cenário este que tem acarretado polarizações diversas e que se apresenta como clara evidência da famigerada crise institucional brasileira.

Neste contexto, o presente artigo se filia à corrente dos Estudos Críticos da Linguagem semeada no campo da Linguística Aplicada, no qual se investiga a inquebrantável relação entre linguagem e sociedade.

Nesta direção, é usado o aparato conceitual-analítico da análise de discurso crítica (ADC), erigido por Norman Fairclough (2004), para analisar o modo de agir persuasivo de uma filosofia política liberal que significa, em suas práticas discursivas, a atuação do Estado brasileiro de modo a construir o seu desprestígio. Para isso, foi eleito como *corpus* um artigo de opinião publicado em 2016, no sítio virtual Instituto Lud von Mises (doravante IMB).<sup>2</sup> Para o teórico que embasa este estudo, a ordem discursiva é composta por ação (gênero), representação (discurso) e identificação (estilo), os quais correspondem, respectivamente, aos significados acionais, aos representacionais e aos identificacionais. Portanto, por modo de agir, entende-se aqui o significado acional que, para Fairclough, é um dos três modos de significação do discurso.

Interessa, enfim, a realização da presente análise pela suposição de que as práticas discursivas, no seio das manifestações sociais recentes, convocam vozes tradicionais para a manutenção de jogos de poder. Tal característica é muito sintomática e exemplifica as lutas incessantes pela hegemonia dos sentidos.

---

<sup>1</sup>As expressões “tensões políticas e sociais”, “polarizações”, “crise institucional” são tomadas aqui em sentido *lato*, referindo-se ao conjunto de eventos noticiados amplamente, desde as manifestações na ocasião da Copa do Mundo sediada no Brasil até os acontecimentos políticos mais recentes do ano de 2017.

<sup>2</sup> O endereço eletrônico é o que segue e o foi acessado em 29/05/2017: <http://www.mises.org.br/Default.aspx>

Com essas considerações no horizonte, importa informar que este trabalho se estrutura em torno de cinco tópicos, além destas palavras iniciais. Na seção que segue, são feitas apresentações teóricas sobre o liberalismo e a filosofia política da liberdade. Sequencialmente, faz-se um breve passeio pelas postulações faircloughianas. E, finalmente, são trazidos os espaços dedicados à metodologia e à análise, seguidos das palavras finais.

### **1. Filosofia política, liberalismo e liberdade**

A Filosofia Política ocupa um lugar único no domínio da Filosofia, como anuncia Knowles (2004). Ela é um ramo da ética que investiga como cidadãos interagem entre si por intermédio da figura do Estado; dedicando-se a um estudo sobre liberdade e justiça associadas às estruturas institucionais que podem manifestá-las ou negá-las.

Com o fito de um melhor entendimento, algumas perguntas podem ser bons indicativos dos assuntos que têm sido debatidos neste campo. Por exemplo, o Estado tem um legítimo direito à autoridade? Como ele deveria ser constituído? Quais são os limites de um Estado democrático? Qual é a dimensão da liberdade individual? Até que ponto a esfera estatal pode e deve intervir na vida dos cidadãos?

As respostas, para tais indagações, não são tão fáceis de serem dadas, pois elas exigem debates que se inscrevem no âmbito das crenças de indivíduos sobre o conceito de liberdade, sobre o lugar das autoridades, sobre a dimensão dos direitos, sobre a legitimidade da noção de justiça social e sobre a organização da democracia. E diferentes segmentos sociais, nutridos por diferentes ideologias, têm diferentes posicionamentos sobre esses temas.

Alguns acreditam que o Estado deve assumir o papel de proteção dos indivíduos, fomentando o bem-estar e a justiça sociais. Outros seguem o entendimento de que o Estado, em excesso, é a fonte de todas as mazelas das sociedades. Ademais, há quem pense ainda que a esfera estatal deve existir minimamente, isto é, ela só poderia funcionar para dar conta de campos específicos, tais como a defesa nacional e a defesa da propriedade privada.

No Liberalismo, muitos afirmam que o núcleo duro de seu pensamento é a ideia de Locke, segundo a qual todos os homens nascem livres e iguais. Ao lado dele, Montesquieu, J. S. Mill, Popper, Hayek, Mises, Rawls, Hobbes, entre

muitos outros, unem-se na crença da supremacia da liberdade individual, o que implica a contraposição ao que eles consideram como coerções do Estado.

Historicamente, a defesa liberal do individualismo se relaciona à emergência do Estado moderno absolutista, centralizador, o que fez com que fosse despertada a equivocada interpretação de que todos os defeitos do monarca eram confundidos com a figura do Estado, como explica Dallari (2016) a seguir:

O Estado Moderno nasceu absolutista e durante alguns séculos todos os defeitos e virtudes do monarca absoluto foram confundidos com as qualidades do Estado. Isso explica porque já no século XVIII o poder público era visto como inimigo da liberdade individual, e qualquer restrição ao individual em favor do coletivo era tida como ilegítima. Essa foi a raiz individualista do Estado liberal. Ao mesmo tempo, a burguesia enriquecida, que já dispunha do poder econômico, preconizava a intervenção mínima do Estado na vida social, considerando a liberdade contratual um direito natural dos indivíduos. Sob influência do jusnaturalismo, outros direitos naturais foram sendo proclamados, sobretudo no âmbito econômico, como a propriedade, visando a impedir qualquer interferência do Estado no sentido de criar algum condicionamento à manutenção e ao uso dos bens, ou alguma restrição aos termos de qualquer contrato. (DALLARIA, 2016, p. 270)

O excerto anterior, além de explicar a origem da centralidade do individualismo no Estado liberal, também informa sobre a influência do jusnaturalismo, linha de pensamento em que se destaca a importância da propriedade privada e da liberdade contratual na leitura de mundo dos defensores de um Estado mínimo.

No âmbito da economia, tal lógica ganha maior consistência a partir das contribuições de Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, em que se sustenta o ideal de que cada homem é o melhor juiz de seus interesses e, por isso, deve ser livre para buscá-los segundo suas próprias vontades. Além disso, Dallari (2016) indica que, crendo na existência de uma ordem natural, Smith defendeu que uma configuração estatal mínima garante a harmonia de todos os interesses e necessidades das pessoas, o que acarreta, para ele, a crença de que a intervenção do Estado, em questões individuais, é altamente condenável e desnecessária.

No eixo político, o liberalismo se afirma como doutrina apenas no século XIX, a partir de 1859, com a publicação de Stuart Mill, intitulada “Da liberdade”. Nesta obra, na qual ecoa a voz de Rousseau, o filósofo e economista britânico reforça o que já vinha sendo defendido sobre como o indivíduo é o melhor gestor de seus interesses do que o Estado.

Exemplificando as ideias de Mill, Dallari (2016, p.271) indica que elas podem ser resumidas em: (1) como os indivíduos são melhores que o governo no ato de prover as suas necessidades; (2) mesmo que os cidadãos comentam erros e não façam tão bem o que o Estado deveria fazer, esse cenário é preferível, pois os equívocos serviriam de educação mental; (3) dar poder mais do que o necessário ao Estado implica dar condições a indivíduos que se aproveitam da espera pública em benefício próprio.

Em face dessas considerações, cabe indagar: quais foram, ao longo da história humana, as consequências de Estados configurados nestes termos liberais? Avaliando os aspectos positivos, o liberalismo trouxe, conforme explica Dallari (2016), um progresso econômico sentido no contexto da Revolução Industrial. Também promoveu a valorização dos indivíduos de modo a realçar a importância da ação humana. Por outro lado, os aspectos negativos são (1) o desenvolvimento de um ultra-individualismo e privilégio dos mais fortes; (2) o favorecimento de injustiças sociais e (3) a precarização das condições de trabalho somada à formação de aglomerados urbanos.

Com isso, pode-se questionar: afinal, o que é a liberdade para essa filosofia? Como é possível perceber, é uma liberdade fundamentada na aversão ao ente estatal. Tal concepção é controversa, pois, ao mesmo tempo em que a história da humanidade indica avanços trazidos pela ideologia antiestadista, ela também traz pontos conflitantes, recuos, principalmente no que é relativo às implicações éticas para as condições de vida dos menos favorecidos.

Feitas estas breves considerações, na seção seguinte, percorre-se a teoria que fundamentará a análise.

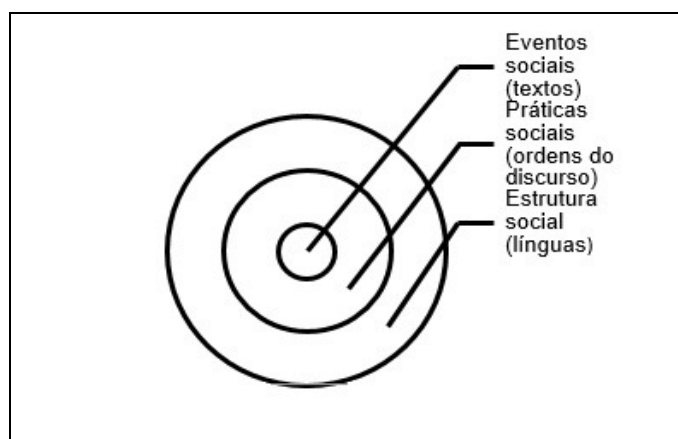
## **2. O significado acional na perspectiva da ADC**

Conforme já mencionado, este trabalho se desdobra à luz da análise de discurso crítica de Fairclough (2004). Para ele, discurso não se resume apenas à linguagem em uso. Este é interpretado fundamentalmente como um momento da prática social. Portanto, em sintonia com essa concepção, o linguista britânico propõe uma análise textualmente orientada dos fenômenos sociais.

Para tanto, o teórico compreende, em suas postulações, que textos são elementos de eventos sociais condicionados por estruturas mais abstratas que definem campos de possibilidades. Assim, conectando o que é

estruturalmente possível e o que é efetivamente realizado, existe a prática social. Em outras palavras, ocorre a mediação entre os eventos sociais (textos) e as estruturas (línguas) via ordem do discurso (prática social). A figura, a seguir, resume isso graficamente.

**Figura 1 - Relação entre eventos sociais, práticas sociais e estruturas sociais**



Fonte: Elaboração própria

Ao identificar a ordem do discurso, importa explicar que ela abriga elementos delimitadores dos campos de possibilidades, isto é, dimensões que selecionam e excluem o que se encontra no eixo do que é possível de ser linguisticamente materializado em formato de texto. Tal seleção é governada pelos discursos, pelos gêneros e pelos estilos. São esses três aspectos que se articulam interconstitutivamente na prática social mediadora de estruturas e eventos. Reforçando esse aspecto, Ramalho e Resende (2011) explicam:

Os estratos do sistema de redes de ordens do discurso são gêneros, discursos e estilos. Como integram redes de práticas sociais dinâmicas, e, portanto, redes de ordem do discurso, são mais bem definidos como ‘momentos’. Assim como o sistema semiótico, o sistema social da linguagem formado por ordens do discurso também constitui redes potenciais de opções, e, portanto, de significados<sup>3</sup>. Entretanto, a rede de opções de ordens do discurso não é formada por palavras e orações (ainda que seja possibilitada por elas), mas, sim, por gêneros, “tipos de linguagem ligados a uma atividade social particular”, discursos, “tipo de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular”, e estilos, “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas e relacionado com sua **identidade**.” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 47 apud CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 63)

---

<sup>3</sup> Destaque nosso.

O trecho citado destaca e define os momentos que compõem as ordens discursivas. Para colocar em outros termos, pode-se traduzir que os gêneros são modos de agir; os discursos, modos de representar; e os estilos, modos de identificar; todos eles sendo relativamente estáveis. Ao se fazer tal delimitação, chega-se mais perto da definição dos significados frequentemente operacionalizados em análises. No caso, para cada um desses modos, existe um tipo de significado, tais como o acional, o representacional e o identificacional. O quadro, a seguir, permite uma compreensão mais visual dessas relações.

#### **Quadro 1 - Relação entre os significados e elementos da ordem discursiva**

<b>Significados</b>	<b>Elementos de ordem discursiva</b>
Significado acional	Gêneros
Significado representacional	Discursos
Significado identificacional	Estilos

**Fonte:** Elaboração própria.

É importante destacar, neste momento, a origem desses significados que Fairclough alimenta nos seus escritos, pois ecoam neles legados de muitos estudiosos, dentre os quais se destaca Halliday (2004), um dos grandes nomes da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) que preceituou o caráter multifuncional dos textos. Isso implica a compreensão de que a textualidade carrega três metafunções, a saber: uma ideacional, uma interpessoal e outra textual.

O teórico da ADC revisa tais metafunções, enxugando-as de maneira que a função ideacional da LSF é transformada em significado representacional. O mesmo processo segue para as funções interpessoal e textual, as quais são convertidas, respectivamente, nos significados identificacional e acional. Esta é a genealogia dos três modos de significação do discurso de Norman Fairclough.

Toda essa teorização é desenvolvida dentro de um projeto epistemológico, tributário do Realismo Crítico de Bhaskar (1989, 1998), desenvolvido no seio de uma Ciência Social Crítica, que visa a discutir a possibilidade de mudanças sociais por intermédio de mudanças discursivas. Então, neste recorte, além da compreensão de que o mundo é um sistema aberto e composto por estratos, mobilizam-se, também, os conceitos de hegemonia e de ideologia.



O primeiro, herança de Gramsci, diz respeito à distribuição desigual de poder, o qual é visto como temporário e instável e, por isso mesmo, acarreta a possibilidade de mudança. Tal instabilidade é o que caracteriza, segundo Ramalho e Resende (2011), o conceito de luta hegemônica.

Já no que toca à ideologia, herdada de Thompson (2002), entende-se como um conceito inerentemente negativo, cujo funcionamento objetiva instalar uma leitura particular do mundo como a única legítima e possível, estabelecendo e sustentando relações de dominação.

Por fim, este breve empreendimento analítico congrega, em seu plano de fundo, os conceitos supramencionados. Na próxima seção, expõe-se o desenho metodológico que favorecerá a autópsia específica do significado acional.

### 3. Considerações metodológicas

O arranjo metodológico deste artigo se assenta numa concepção crítica de linguagem, segundo a qual o fenômeno discursivo é uma prática social atravessada por ideologias e disputas pelo poder, conforme já foi delineado. Com esse plano de fundo, empreende-se um estudo qualitativo, de caráter interpretativista, à luz da Análise de Discurso Crítica, cujo objetivo é analisar as marcas intertextuais instaladas na construção do desprestígio do Estado brasileiro presentes em um artigo de autores que se filiam à perspectiva liberal. Esse propósito se conecta, portanto, com o exercício de examinar as ocorrências de intertextualidades identificadas no procedimento argumentativo, traço fundamental do gênero textual ora objeto de análise.

No que diz respeito à intertextualidade, Fairclough (2004) concebe-a em seu sentido mais amplo. O termo é definido como a presença de elementos de outros textos em um texto particular. Para ele, as citações exemplificam isso ao lado dos relatos diretos e indiretos e dos relatos indiretos livres.

Para o teórico, em qualquer texto, há um conjunto de outros textos e um conjunto de outras vozes incorporadas a ele. Por isso, o fenômeno intertextual é visto como uma questão de recontextualização; isto é, um movimento de um contexto para outro, englobando as transformações específicas decorrentes do material realocado num outro contexto.

Deste modo, na autópsia à luz de tal categoria, o linguista britânico aponta que pode ser analiticamente útil começar com perguntas do tipo:



“quais textos e vozes são incluídos, quais são excluídos e que ausências significantes há?”<sup>4</sup> (FAIRCLOUGH, 2004, p.47). Essas indagações, que fizeram parte deste trabalho de análise, são importantes, pois, segundo Fairclough (2004, p. 55), **a intertextualidade é inevitavelmente seletiva em relação ao que é incluído e ao que é excluído dos eventos e textos representados**. E essa **seletividade** está relacionada com os gêneros, o que reforça a relevância do enfoque no significado acional, que foi explicado anteriormente.

No tocante ao *corpus*, o objeto analisado é o discurso liberal cristalizado no artigo intitulado *Por que é preciso privatizar as estatais – e por que é preciso desestatizar as empresas privadas?*<sup>5</sup>. Esse texto é de autoria de Ubiratan Jorge Iorio e Leandro Roque e foi publicado no dia 4 de julho de 2016, no endereço eletrônico do IMB. O primeiro autor é economista e professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); o segundo trabalha como editor e tradutor do sítio IMB, *think tank* que se dedica a divulgar os princípios da Escola Austríaca de Economia no Brasil<sup>6</sup>. Ademais, este artigo foi escolhido por ter sido considerado como representativo da ideologia liberal em debate e, além disso, por ser rico em processos discursivos de interesse desta análise.

Relativamente ao procedimento analítico, foram tomados os seguintes passos para o exame de aspectos ligados ao significado acional:

- a) interpretação da imagem utilizada para ilustrar o texto, que integra o início da arquitetura textual e que, conseqüentemente, contribui para a produção de sentidos no gênero. Desenvolveu-se esta parte da análise a partir de impressões;
- b) seleção de excertos que são marcas intertextuais. Em seguida, essas instâncias foram colocadas em quadros e foram destacadas em negrito;
- c) interpretação das partes selecionadas que constituem vozes externas utilizadas para fundamentar o procedimento argumentativo. Focalizam-se as implicações acarretadas por citações, por dados e por demais informações relevantes para a progressão textual e para a

---

<sup>4</sup> Tradução nossa de “which texts are included, which are excluded, and what significant absences are there?”.

<sup>5</sup> É recomendada a leitura integral do texto (Anexo), antes do avanço para a seção dedicada à análise.

<sup>6</sup> Em teoria econômica, a Escola Austríaca significa liberalismo e economia de *laissez-faire*, na qual a performance econômica é otimizada quando a intervenção do governo é limitada. Suas origens remontam a Carl Menger da Universidade de Viena e apresenta seguidores importantes, tais como Mises, Hayek, entre outros.

realização do propósito comunicativo de convencer o leitor sobre o desprestígio do estado brasileiro.

Levando em consideração que o gênero artigo de opinião pertence à ordem do convencer, é válido destacar que, embasando-se em Abreu (1999), a argumentação aqui é compreendida como a arte de convencer o outro no plano das ideias, através do gerenciamento de informações.

Conhecido o itinerário metodológico, avança-se, na próxima seção, para a prática analítica proposta.

#### 4. Análise

No que diz respeito ao gênero ora em escrutínio, além da maneira pela qual ele é estruturado para atingir os seus propósitos comunicativos, importa chamar atenção, inicialmente, para a imagem que acompanha, num fito de apresentação, a organização textual:

**Figura 2 – Recurso visual introdutório**



Fonte: Iorio; Roque (2016)

Encontram-se, na figura 1, dois homens brancos segurando uma faixa com letras pretas e enfáticas, em caixa alta, impressas num plano de fundo amarelo, que se articulam nas seguintes palavras de ordem: “PRIVATIZA TUDO”. Esses homens ocupam um lugar de destaque. Os demais transeuntes não têm o mesmo realce, principalmente o homem negro de blusa azul, que se localiza nas sombras, de costas, sem que as lentes o focalizem em sua

inteireza. Tal especificidade fotográfica pode ser sugestiva no quesito assimetrias sociais latentes, uma vez que só os dois homens brancos são encarados de frente, nas lentes que congelam esse momento de protesto de um grupo com desejos liberais.

Paralelamente à figura sugestiva, faz-se necessário lançar luz sobre as vozes aludidas no artigo em prol da defesa das visões de seus autores. Para isso, é necessário começar observando o próximo excerto:

“No Brasil, empresa privada é aquela que é controlada pelo governo, e **empresa pública é aquela que ninguém controla.**” – Roberto Campos (1917-2001) (IORIO; ROQUE, 2016).

Exemplificando uma manifestação de intertextualidade, esta citação do pensamento de Roberto Campos faz parte do momento introdutório do seu fazer argumentativo. Ela chama atenção por causa do tom forte, incisivo e levemente sensacionalista que coloca as empresas públicas e privadas em oposição. Suas representações são desiguais: enquanto a privada é posta numa situação desfavorável e apenas ruim, sob o controle do governo; a empresa pública é representada em condições piores, já que há sugestão de que ela não é administrada por ninguém. Em outras palavras, numa escala de negatividade, o excerto evidencia a implicação de que a instituição privada estaria à frente e em condições melhores que as públicas.

Com essa citação que critica o público e que, conseqüentemente, enaltece o setor privado, parece oportuno deslocar a atenção para as raízes dessa fala: de quem é essa voz? Quem foi incluído? Quem é Roberto Campos? De onde vêm essas palavras? Roberto Campos foi um economista, diplomata e político brasileiro. Apesar de sua carreira estadista, foi um liberal e seguidor do pensamento de Hayek<sup>7</sup>. Segundo Coimbra (2017), acreditava que o Estado deveria ser o menor possível para que os cidadãos não se tornassem escravos dele. Essa origem do supramencionado excerto serve de constatação do alto grau de comprometimento com ideologias opositoras à atuação estatal e, conseqüentemente, também sinaliza a ausência de comprometimento com um projeto de governo com raízes fincadas na justiça social.

Outra fatia do texto que também é digna de nota é a que segue:

A primeira e despreziosa pesquisa nos informa que existem, atualmente, nada menos que 146 empresas estatais no âmbito federal (até pouco tempo eram 149, sendo que 3 foram incorporadas pela Petrobras). No nível estadual —

---

<sup>7</sup> Hayek é um dos nomes de maior notoriedade da Escola Austríaca de Economia.

e a lista está, seguramente, incompleta — há, apenas para ficarmos com os cinco estados que a página consultada registra, 8 no Ceará, 5 no Espírito Santo, 13 em Minas, 2 no Paraná, 2 no Rio de Janeiro, 22 no Rio Grande do Sul, 7 no Rio Grande do Norte, 3 em Santa Catarina e 9 em São Paulo.

Pela dificuldade de encontrar uma informação completa e confiável, deixemos de lado as municipais, sem nos esquecermos, no entanto, de que há no Brasil 5.564 prefeituras, uma exorbitância que faz com que, no dizer dos críticos, o país não caiba dentro de seus municípios. (IORIO; ROQUE, 2016)

Esse trecho se inscreve no contexto subsequente à citação de Roberto Campos. Os autores evocam esses números – como sempre, tão exaltados nos espaços do fazer científico hegemônico! – para dar apoio à tese de que, no Brasil, imperam o “furo arrecadador”, “o cartório regulatório” e as “descomunais estatais”. Nestes termos, com o propósito de convencimento, esses numerais citados são evidências de que tais dados não partem dos redatores do texto, mas sim de uma fonte externa – no caso, uma breve pesquisa informal – o que confere um distanciamento e um certo verniz de objetividade e de veracidade.

Deste modo, as marcas em negrito, materializadas no gênero, demonstram o empenho em promover os ideais privatizadores com uma suposta objetividade incontestável. No entanto, apesar da sensação de racionalidade e legitimação que os números trazem enquanto operadores argumentativos, é fácil questionar a confiabilidade dessas informações, já que os próprios autores não informam as fontes exatas dos dados e eles mesmos assumem, no segundo parágrafo, a “dificuldade de encontrar informação completa e confiável”.

Ainda no âmbito da intertextualidade, é válido investir tempo neste excerto que segue:

É ou não uma quantidade de causar perplexidade?

**Segundo o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) do Ministério do Planejamento, em 1980**, tempo em que o nacionalismo dos governos militares criou estatais aos borbotões, o país tinha 213 dessas empresas, passando esse número, após um breve período em que ameaçou vicejar entre nós um rasgo de racionalidade, para 186 em 1990 e para 103 em 2000. A partir de 2003, no entanto, a ideologia (e hoje, como podemos acompanhar diariamente, também as facilidades para a corrupção que as estatais oferecem) readitivou a criação e, em alguns casos, a recriação desses monstros, até atingirem a abundante quantidade atual.

Mas há alguma esperança.

**O presidente interino Michel Temer tem afirmado recentemente que é necessário privatizar “tudo o que for possível”. É o caso de dizer, como meu pai gostava de fazê-lo, que Deus o ajude!** No entanto — vale acrescentar —, para que tal aconteça, é preciso vontade e esforço. (IORIO; ROQUE, 2016)

Nota-se, neste trecho, que há muitos elementos a serem observados a posteriori, mas agora é oportuno salientar apenas duas instâncias em que fontes exteriores de informação são derramadas no texto com o fim de apoiar tanto a argumentação como a progressão textual focadas no desprestígio estatal. Relativamente à primeira instância, os autores do artigo inserem, através da expressão intertextual “segundo”, os dados do Departamento de Controle e Coordenação de Empresas Estatais (Dest) do Ministério do Planejamento. Isso se dá no já conhecido exercício de citação de vozes de autoridade e de números como argumentos, e mostra-se como, ao longo dos anos, a quantidade de empresas públicas oscilou.

No que concerne à segunda instância, é preciso comentar que, ao criticarem a “abundante quantidade atual”, os autores se posicionam afirmando que há esperança com a presidência (à época da publicação do artigo, interina) de Michel Temer, já que este demonstrou estar alinhado com os seus anseios de privatização. Nesse contexto, é preciso considerar todo o contexto de tensões e conflitos a que essa figura política mencionada está associada, tais como: escândalos e acusações diversas sobre suposta participação em manobras que desaguarão no impedimento da presidente anterior. Paralelo a isso, soma-se à sua imagem a divulgação recente de áudios<sup>8</sup> que denunciam um provável envolvimento do político com obstrução da Justiça e com participação numa organização criminosa. Portanto, esta é mais uma evidência de como o artigo se associa a uma prática discursiva favorável aos interesses específicos de grupos que veem, no esforço de deslegitimar o Estado, a solução para semear seus sonhos empresariais e para vencer uma batalha pelo controle dos sentidos, o que pode favorecer a manutenção de toda uma prática cristalizada de corrupção.

Além disso, é interessante marcar que, após a voz de Temer, o excerto ainda traz um “Que Deus o ajude!”, como dizia um dos pais de quem escreveu tais linhas. Tal voz que acena para uma dimensão familiar, paterna, afetiva, reforça bem a vinculação profunda e emocional dos autores dos textos com os postulados liberais. Por último, identifica-se também um óbvio rastro religioso que pulsa neste excerto específico.

---

<sup>8</sup> Áudios divulgados em escândalo recente sobre conversas pouco republicanas do presidente Michel Temer com Joesley Batista, empresário investigado na operação Lava-jato.

Finalmente, é relevante frisar mais uma citação interessante do artigo em análise. Nela há outro tipo de informação atuando numa construção negativa da atuação estatal:

Empresas estatais são uma contradição prática  
A expressão “empresa estatal” já abriga, por si só, um conflito, uma contradição, uma incoerência, porque se quisermos falar de uma empresa de verdade, definida — de acordo com a concepção da Escola Austríaca — como a aglutinação de fatores de produção com o fim de executar uma dada atividade empreendedora, ela não pode ser estatal.  
E, se considerarmos uma organização econômica constituída pelo estado para explorar a mesma atividade, essa organização pode ser qualquer outra coisa, mas nunca será uma empresa.  
A própria etimologia da palavra empresa vem em nosso auxílio: do latim *prehensus*, que significa empreendimento. Em outras palavras, em uma economia verdadeiramente de mercado, em que a atividade empreendedora seja sua força-motriz, não há qualquer espaço para empresas do estado, pois não existe algo como “empreendedorismo de estado”. (IORIO; ROQUE, 2016)

Desta vez, é possível identificar tipos de citações diferentes das encontradas nos trechos anteriores. Aqui o Estado é desqualificado enquanto administrador através de conhecimentos conceituais e etimológicos. Conceitualmente, deslegitima-se a empresa pública a partir do conceito de empresa nutrido na Escola Austríaca de Economia, a qual, para os autores, é fonte de uma leitura do que é uma empresa de verdade, como se essa escola detivesse o conhecimento de uma verdade universal, como se os significados das palavras fossem fixos, petrificados, únicos. Para eles, apenas essa definição específica é a certa, marginalizando e excluindo outras concepções. Etimologicamente, é trazida a origem da palavra empresa para sustentar o que eles leem como contradição prática. Portanto, esta parte do texto funciona bem, em termos mais literais, como mais um exemplo de esforço de dar legitimidade a práticas discursivas favoráveis a um projeto de governo que pode ser lido como antidemocrático.

### Considerações finais

Em conclusão, foi possível captar, com base no exposto, que, no que diz respeito à maneira de se construir a argumentação no eixo do significado acional, as vozes de políticos controversos, os dados numéricos, os argumentos conceituais e etimológicos foram fundamentais para a manutenção e conseqüente circulação do discurso liberal, uma vez que tais elementos dão consistência à manipulação configurada como propósito



comunicativo do gênero. Sem eles, a habilidade de agir sobre o outro ficaria absolutamente comprometida e insuficiente.

É claro que essa característica não é exclusiva do discurso liberal, sendo, inclusive, marca de qualquer movimento argumentativo. Importa, porém, destacar que, neste momento de grave instabilidade política do país, os aspectos desenvolvidos e comentados, na seção de análise, funcionam como um convite a uma reflexão linguisticamente embasada sobre como o Estado brasileiro é construído como inferior e sem credibilidade, em relação ao setor privado.

Portanto, aqui, testemunhou-se, por exemplo, como as marcas intertextuais geram efeitos de sentidos de objetividade almejando à construção da falta de legitimidade da esfera administrada pelo Estado. Isso deve ser levado em consideração, pois constitui um sintoma de uma rede de práticas sociais tensas do Brasil contemporâneo.

Ademais, estas constatações auxiliam o entendimento de que não é uma ingênua e bem-intencionada busca por um país mais saudável economicamente e sem corrupção que dá dinâmica ao crescimento das ideias de liberdades consubstanciadas nos artigos dos quais este que analisamos é apenas um exemplo. Sabe-se que as vozes trazidas estão ligadas a jogos de manutenção de poder, e as manifestações de intertextualidade confirmam isso. Basta avaliar quem/o que foi chamado para dar consistência ao procedimento argumentativo.

## Referências

ABREU, Antônio. **A arte de argumentar gerenciando razão e emoção**. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999. v. 1.

BHASKAR, Roy. **The possibility of Naturalism**: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

\_\_\_\_\_. Philosophy and scientific realism. In: ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan. **Critical realism**: essential readings. London; New York: Routledge, 1998, p.16-47.

COIMBRA, Márcio. **Um adeus para Roberto Campos**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5681](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5681)>. Acesso em: 29 nov. 2017.



DALLARI, Dalmo. **Elementos de teoria geral do Estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. 2. ed. London: Routledge, 2004.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Arnold, 2004.

IORIO, Ubiratan; ROQUE, Leandro. **Por que é preciso privatizar as estatais e desestatizar as empresas privadas?**, 2016. Disponível em: < <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2457> > Acesso em: 29/05/2017.

KNOWLES, Dudley. **Political philosophy**. In: SHAND, John. *Fundamentals of philosophy*. 2. ed. London: Routledge, 2004.

RAMALHO, Viviane., RESENDE, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material para pesquisa**. 1.ed. Campinas: Pontes, 2011.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Trad. (Coord.) Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

## Anexo - Artigo *Por que é preciso privatizar as estatais – e por que é preciso desestatizar as empresas privadas?*<sup>9</sup>

### Por que é preciso privatizar as estatais - e por que é preciso desestatizar as empresas privadas



“No Brasil, empresa privada é aquela que é controlada pelo governo, e empresa pública é aquela que ninguém controla.” – Roberto Campos (1917-2001)

O saudoso Campos tinha razão. O Brasil é um país em que campeiam solene e impunemente o furor arrecadador, o cartório regulatório e as descomunais estatais. Basta um rápido passeio na Internet para perceber isso.

A [primeira e despretensiosa pesquisa nos informa que](#) existem, atualmente, nada menos que 146 empresas estatais no âmbito federal (até pouco tempo eram 149, sendo que 3 foram incorporadas pela Petrobras). No nível estadual — e a lista está, seguramente, incompleta — há, apenas para ficarmos com os cinco estados que a página consultada registra, 8 no Ceará, 5 no Espírito Santo, 13 em Minas, 2 no Paraná, 2 no Rio de Janeiro, 22 no Rio Grande do Sul, 7 no Rio Grande do Norte, 3 em Santa Catarina e 9 em São Paulo.

Pela dificuldade de encontrar uma informação completa e confiável, deixemos de lado as municipais, sem nos esquecermos, no entanto, de que há no Brasil 5.564 prefeituras, uma exorbitância que faz com que, no dizer dos críticos, o país não caiba dentro de seus municípios.

É ou não uma quantidade de causar perplexidade?

[Segundo](#) o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) do Ministério do Planejamento, em 1980, tempo em que o nacionalismo dos governos militares criou estatais aos borbotões, o país tinha 213 dessas empresas, passando esse número, após um breve período em que ameaçou vicejar entre nós um rasgo de racionalidade, para 186 em 1990 e para 103 em 2000. A partir de 2003, no entanto, a ideologia (e hoje, como podemos acompanhar diariamente, também as facilidades para a corrupção que as estatais oferecem) readitivou a criação e, em alguns casos, a recriação desses monstros, até atingirem a abundante quantidade atual.

Mas há alguma esperança.

---

<sup>9</sup> Ao longo do texto, encontram-se expressões na cor azul que estão sublinhadas. Elas são hiperlinks e têm importante papel na argumentação, uma vez que encaminham os leitores para referências que fundamentaram afirmações dos autores, o que indica uma marca dialógica importante no funcionamento social do gênero. Por isso, tal característica foi preservada.

O presidente interino Michel Temer [tem afirmado](#) recentemente que é necessário privatizar “tudo o que for possível”. É o caso de dizer, como meu pai gostava de fazê-lo, *que Deus o ajude!* No entanto — vale acrescentar —, para que tal aconteça, é preciso vontade e esforço.

### **Empresas estatais são uma contradição prática**

A expressão “empresa estatal” já abriga, por si só, um conflito, uma contradição, uma incoerência, porque se quisermos falar de uma empresa de verdade, definida — de acordo com a concepção da Escola Austríaca — como a aglutinação de fatores de produção com o fim de executar uma dada atividade empreendedora, ela não pode ser estatal.

E, se considerarmos uma organização econômica constituída pelo estado para explorar a mesma atividade, essa organização pode ser qualquer outra coisa, mas nunca será uma empresa.

A própria etimologia da palavra empresa vem em nosso auxílio: do latim *prehensus*, que significa empreendimento. Em outras palavras, em uma economia verdadeiramente de mercado, em que a atividade empreendedora seja sua força-motriz, não há qualquer espaço para empresas do estado, pois não existe algo como “empreendedorismo de estado”.

Em primeiro lugar, em qualquer empresa que tenha como seu maior acionista o Tesouro nacional, a rede de incentivos funciona de maneiras um tanto distintas. Eventuais maus negócios e seus subsequentes prejuízos ou descapitalizações serão prontamente cobertos pela viúva — ou seja, por nós, pagadores de impostos, ainda que de modos [rocambolescos](#) e [indiretos](#).

Mais: uma empresa ser gerida pelo governo significa que ela opera sem precisar se sujeitar ao *mecanismo de lucros e prejuízos*.

Todos os déficits operacionais [serão cobertos pelo Tesouro](#), que vai utilizar o dinheiro confiscado via impostos dos desafortunados cidadãos. Uma estatal não precisa de incentivos, pois não sofre concorrência financeira — seus fundos, oriundos do Tesouro, em tese são infinitos.

Por que se esforçar para ser eficiente se você sabe que, se algo der errado, o Tesouro irá fazer aportes?

Uma empresa que não é gerida privadamente, que não está sujeita a uma concorrência direta, nunca terá de enfrentar riscos genuínos e nunca terá de lidar com a possibilidade de prejuízos reais. Logo, é como se ela operasse fora do mercado, em uma dimensão paralela.

O interesse do consumidor — e até mesmo de seus acionistas, caso a estatal tenha capital aberto — é a última variável a ser considerada.

Como mostram os esquemas de propinas em licitações, estatais não operam de acordo com os sinais de preços emitidos pelo mercado. Elas não operam segundo a lógica do sistema de lucros e prejuízos. Se uma empresa genuinamente privada se dispusesse a pagar um preço mais alto que o de mercado para contratar empreiteiras para fazer obras, seu capital (patrimônio líquido) seria destruído, seus acionistas se desfariam de suas ações, o valor de mercado da empresa despencaria e, na melhor das hipóteses, ela teria de ser vendida para outros controladores “a preço de banana”.

Assim como o governo não é capaz de saber se deve construir a estrada A ou a estrada B, ou se deve “investir” em uma estrada ou em uma escola, ele também não sabe se deve produzir mais eletricidade, ou se deve prospectar mais petróleo, ou se deve alterar seu serviço de entrega de cartas. (Por isso, [os Correios estão pedindo um aporte de R\\$ 6 bilhões ao Tesouro Nacional](#)).

Com efeito, não há como o governo saber o quanto deve gastar em *todas* as suas atividades em que está envolvido. Simplesmente não há maneira racional de o governo alocar fundos ou mesmo decidir o quanto ele deve ter.

O sistema de lucros e prejuízos serve como guia crítico para direcionar o fluxo de recursos produtivos. Tal guia não existe para o governo, que não possui uma maneira racional de decidir o *quanto* de dinheiro ele deve gastar, seja no total ou em algum setor em específico.

Por não ter uma racionalidade, uma preocupação com lucros e prejuízos, as estatais sempre acabam seguindo os caprichos do governo do momento, cujos políticos do partido estão em seu comando. Consequentemente, estatais sempre estarão sob os auspícios de uma gente cujo horizonte temporal é de no máximo quatro anos, e inevitavelmente se transformarão em fábricas de desperdício, ineficiência, confusão e ressentimento.

Em uma sociedade de pessoas livres, a quem Hayek atribuiria as palavras gregas *Nomos* e *Cosmos*, o número certo de empresas estatais deve ser zero.

#### **As dificuldades**

Por que, então, é tão difícil privatizar empresas do estado? Não há necessidade de coçarmos a cabeça antes de responder.

Primeiro, porque empresas estatais representam uma porta permanentemente aberta para políticos indicarem protegidos ou vassalos para ocuparem cargos em sua direção, como atesta a velha tradição patrimonialista.

Apenas pense: por que os políticos disputam acirradamente o comando das estatais? Por que políticos reivindicam a diretoria de operações de uma estatal? Que políticos comandem ministérios, vá lá. Mas a diretoria de operações de estatais é um corpo teoricamente técnico. Por que políticos? Qual a justificativa?

Simples: é nas estatais que está o butim. As obras contratadas por estatais são mais vultosas do que obras contratadas por ministérios. O dinheiro de uma estatal é muito mais farto. E, quanto mais farto, maior a facilidade para se fazer “pequenos” desvios.

Isso, e apenas isso, já é o suficiente para entender por que políticos e sindicalistas são contra a privatização de estatais. Estatais fornecem uma mamata nababesca.

Outro pretexto para justificar a existência de empresas estatais é que elas seriam “patrimônio público”. Mentira! A expressão *propriedade pública* significa, pura e simplesmente, que aqueles determinados funcionários públicos que estão eventualmente no poder são aqueles que a “possuem”, especialmente os que ocupam postos mais elevados na hierarquia política e que a dirigem de acordo com seus interesses individuais.

Quando políticos e sindicalistas gritam “o petróleo é nosso”, “o minério de ferro é nosso”, “a telefonia é nossa”, “a Caixa é nossa”, saiba que eles estão sendo particularmente honestos: aquele pronome possessivo “nosso” se refere exclusivamente a “eles”, os únicos que ganham com todo esse arranjo.

Já o “público” não possui qualquer fração da propriedade. Tente, por exemplo, entrar no prédio de uma estatal qualquer, sem se identificar na portaria, ser fotografado e ter que colar na lapela do seu blazer aquele adesivo onde está escrito “visitante”. Logo, você não é dono dela.

Em terceiro, há também obstáculos gerados por teorias econômicas equivocadas que defendem que o desenvolvimento de economias atrasadas só pode acontecer se for “induzido” pelo estado, sem se importarem com o fato histórico de que as economias desenvolvidas de hoje eram as economias atrasadas de ontem e que somente lograram se desenvolver porque não se valeram daquela pretensa indução e, portanto, porque as deixaram operar sem empresas estatais para “induzir” o desenvolvimento.

Outro argumento, esse típico da mistura do nacionalismo xenófobo com a teoria marxista da exploração, é de que essas empresas seriam garantia de “soberania nacional”. Sendo assim, petróleo, minério, telecomunicações e eletricidade só poderiam ficar a cargo dos nativos do país. Balela.

Para começar, empresas privadas — sejam elas nacionais ou estrangeiras — estão interessadas em lucro. E o lucro só ocorre se tais empresas estiverem servindo bem aos consumidores. Se uma empresa estrangeira de telefonia decidir cortar as linhas telefônicas e suspender seus serviços para isolar um país (sim, este é um dos “argumentos” dos estatistas nacionalistas), ela terá enormes prejuízos com essa medida. O mesmo vale para eletricidade, minério e gasolina. Tal medida só faria sentido se a empresa e seus acionistas odiassem dinheiro — sendo que os estatistas as acusam exatamente de serem gananciosas.

No mais, como dizia Roberto Campos em suas sempre fundamentadas críticas à Petrobras, “soberania é ter a panela cheia” — e, no caso do petróleo, é tanque cheio com combustível de qualidade a preço de mercado. Quanto à “exploração”, é fácil perceber que os verdadeiros explorados, no caso da Petrobras, têm sido os consumidores brasileiros. (E [mais aportes à Petrobras com o nosso dinheiro](#) já estão em avançada discussão).

Por fim, há o argumento conhecido como *teoria dos espaços vazios*, segundo o qual determinadas atividades não despertariam o interesse de empresas privadas, cabendo então ao estado criar empresas para explorá-las. Ignorância.

Como a teoria austríaca do valor demonstra, o valor de algo é subjetivo, criado pela utilidade marginal e, logo, pela demanda e, portanto, só poderia existir um “espaço vazio” onde houvesse demanda não atendida, possibilidade que varia inversamente com o grau de liberdade de entrada e saída de empresas nos mercados.

Ou seja, não há necessidade de empresas do estado, queimando dinheiro de impostos, para executar atividades que seguramente serão desempenhadas por empreendedores privados a partir do momento em que as demandas forem identificadas. Não é a presença do estado que se faz necessária, mas simplesmente ausência de barreiras à entrada e saída. Basta olharmos para os países desenvolvidos e sua história econômica para nos certificarmos dessa afirmativa.

#### **Não basta apenas privatizar; é necessário também desestatizar**

A privatização, por si só, já é um avanço. Mas pequeno. Pouco efeito terá caso a empresa privatizada continue operando dentro de um mercado protegido pelo governo, no qual não há liberdade de entrada para novos concorrentes. Sob esse arranjo, a empresa continuará sendo ineficiente.

[O recente ocaso da Oi é um ótimo exemplo](#): a empresa surgiu de uma fusão patrocinada pelo governo Lula — e com a ajuda do BNDES (nosso dinheiro de impostos) — entre a Telemar e Brasil Telecom, de Daniel Dantas. O esquema envolveu grandes negociações até mesmo com o governo de Portugal (cujo então primeiro-ministro acabou até mesmo sendo preso). Tendo nascido por meio de uma intervenção política e repleta de acordos escusos (como a doação de R\$ 5,2 milhões da Telamar para a Gamecorp, empresa controlada por Lulinha, o filho mais velho de Lula), é óbvio que a empresa não tinha como ser eficiente. Operando em uma reserva de mercado garantida pela ANATEL, sua ineficiência acentuou-se ainda mais. A consequência não poderia ser outra: os consumidores a puniram de acordo, levando-a à bancarrota.

Por isso, ainda mais importante que privatizar, é *desestatizar*: ou seja, retirar do estado seu poder de controlar um mercado, escolhendo quem pode e quem não pode entrar nele.

E tão importante quanto desestatizar é não fazer leilões que envolvam apenas os comparsas do governo.

Por exemplo, qual a maneira efetiva de se desestatizar o setor petrolífero do Brasil? Legalizando a concorrência. Para isso, bastaria o estado se retirar do setor petrolífero, deixando a Petrobras à sorte de seus próprios funcionários, que agora não contariam com nenhum monopólio, nenhuma proteção e nenhuma subvenção. O estado não precisaria vender nada para ninguém. Apenas sairia de cena, aboliria a ANP e nada faria para impedir a chegada concorrência estrangeira.

A Petrobras é do povo? Então, nada mais coerente do que colocar este mantra em prática: após a retirada do governo do setor petrolífero, cada brasileiro receberia uma ação da Petrobras que estava em posse do governo. E só. Ato contínuo, cada brasileiro decidirá o que fazer com esta ação. Se quiser vendê-la, que fique à vontade. Se quiser mantê-la, boa sorte. Se quiser comprar ações das outras empresas petrolíferas que agora estarão livres para vir operar aqui, sem os onerosos fardos da regulamentação da ANP, que o faça. Se a maioria dos acionistas brasileiros quiser vender suas ações para investidores estrangeiros, quem irá questionar a divina voz do povo? Se o povo é sábio o bastante para votar, então certamente também é sábio o bastante para gerenciar as ações da Petrobras.

O objetivo supremo é fazer com que o dinheiro do petróleo vá para as mãos do povo, e não para o bolso de políticos e burocratas.

O mesmo vale para a Eletrobras. O estado não precisa vender nada a ninguém. Assim como no caso da Petrobras, ele deve apenas sair de cena, abolindo a ANEEL, o Ministério das Minas e Energia e deixando a empresa, bem como suas subsidiárias — CEPTEL, CGTEE, CHESF, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas —, nas mãos de seus respectivos empregados. Estes, que teoricamente conhecem bem as empresas, poderão escolher entre vender as ações ordinárias que o estado lhes entregou ou mantê-las. O que será feito é o de menos. O que importa é que, com a saída do estado, haverá pela primeira vez um mercado livre e desimpedido no setor, sem regulamentações cartoriais.

[Para os Correios](#), a lógica é idêntica.

Banco do Brasil e Caixa — [os principais responsáveis por darem sustento ao arranjo econômico que nos legou o atual descalabro](#) — devem ser submetidos aos mesmos princípios. [E o BNDES deve simplesmente ser abolido](#).

Quanto ao setor de telefonia, que foi privatizado mas não desestatizado, basta apenas [abolir a ANATEL e o Ministério das Comunicações](#), entidades cujo propósito único é criar uma reserva de mercado para proteger as empresas já estabelecidas. Não há mágica; basta abolir todas as regulamentações que funcionam como barreiras à entrada, [liberando toda a concorrência, principalmente internacional](#). Que venham as empresas americanas, australianas, coreanas, canadenses, japonesas, chinesas, inglesas, tchecas, russas etc.

A mesma lógica abolicionista se aplica ao setor aéreo, [com a abolição da ANAC e da Infraero](#), com a liberação para que empresas privadas possam construir aeroportos, e a com liberação para que empresas aéreas estrangeiras possam operar vôos domésticos. (Com, por exemplo, a American Airlines fazendo Curitiba-Fortaleza, a Lufthansa operando Florianópolis- Manaus, a KLM voando Recife-Rio de Janeiro etc). Nesse cenário de livre iniciativa, haveria queda nos preços e melhora nos serviços, duas coisas que as empresas protegidas pela ANAC não querem.

Já a maneira de se privatizar serviços de água e saneamento é um tanto mais complexa, e, por isso, foi abordada em detalhes [neste artigo](#), assim como a de serviços de infraestrutura ([em detalhes neste artigo](#)).

#### **Por que não será feito**

Mas, infelizmente, há uma diferença clara entre o que é possível e o que seria de fato necessário — ou seja, entre aquilo que os obscuros meandros políticos permitirem privatizar e a simples e sumária privatização de todas as estatais das três esferas de



governo, sem alarde, sem leilões e seus martelos, e sem qualquer tipo de favorecimento, os quais caracterizam o capitalismo de compadres que infecta nossas instituições.

Impossível deixar de levar em conta que a lógica econômica e a lógica política são naturalmente diferentes. Na economia, os objetivos são a procura pelo lucro e pela maior satisfação; na política, a busca pelo poder — ou por mais poder.

Portanto, o escopo político da ação humana é, pura e simplesmente, o poder. Se é assim, que político estaria disposto a abrir mão da possibilidade de indicar pessoas de sua confiança para ocuparem cargos em estatais, mantendo-as sob sua influência nas barganhas políticas e financeiras — ou, caso seja corrupto, utilizando essas empresas como fonte de enriquecimento, apenas porque se forem privatizadas os consumidores sairão ganhando?

Convenhamos ser muito difícil encontrarmos pessoas assim tão altruístas no mundo político.

### Conclusão

Privatizar e desestatizar não significa apenas aumentar as escolhas dos consumidores, mas diminuir ou cortar as escolhas dos políticos; não exprime tão somente diminuir o desperdício de gastos públicos, mas aumentar os recursos em posse do setor privado, os quais são alocados de maneira muito mais produtiva; não quer dizer simplesmente melhorar as finanças públicas, mas piorar as dos políticos e seus grupos de interesse; não denota meramente diminuir a corrupção, mas aumentar as liberdades individuais.

Empresas estatais — queiram ou não alguns de seus ingênuos defensores — significam maior poder nas mãos da classe política. Já empresas privadas, *operando em mercados sem barreiras legais à entrada e saída*, sempre são mais eficientes, do ponto de vista econômico, do que as aberrações conhecidas como “empresas” estatais.

Quando empresas privadas cometem erros, vão à falência. Quando empresas estatais cometem erros, são premiados com mais dinheiro do povo. Esse arranjo é moral?

Há, portanto, sobejos argumentos políticos e econômicos em favor da privatização de empresas estatais, mas há também o argumento moral, que não pode ser esquecido: estado e coerção formam um par perfeito e coerção significa ausência de liberdade ou restrições à liberdade. Muitos não conseguem ver isso, mas tolher a liberdade de iniciativa e de escolha de terceiros é um grave vício moral, que produz efeitos danosos e que se estendem às gerações futuras.

Parece que, nos últimos tempos, a demanda por maior liberdade econômica vem aumentando no Brasil, talvez como consequência de tantos escândalos de corrupção envolvendo o estado, suas empresas e seus grupos de interesses. Por isso, a hora de privatizar sem medo pode ter chegado.

Forma de citação sugerida:

RODRIGUES, Matheus de Souza; BARBOSA, Waldenia Márcia da Silva. A construção do desprestígio do estado brasileiro via intertextualidade. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 14, p. 117-138, jul/dez.2017.

Recebido em: 03/09/2017

Aprovado em: 28/10/2017